

EDITORIAL

Esta edição da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais tem como eixo temático permanências e transformações de políticas públicas, do ponto de vista de suas concepções, de seus marcos legais e de sua inserção institucional, no contexto de mudanças de paradigmas da política urbana e regional e da organização do território nas últimas três décadas.

O texto de abertura *A avaliação de políticas públicas como factor de aprendizagem, inovação institucional e cidadania: o caso da política de ordenamento do território em Portugal*, dos pesquisadores da Universidade de Lisboa, Ferrão e Mourato, aborda um aspecto que não tem recebido a devida atenção no campo dos estudos urbanos e regionais no Brasil – a institucionalização da avaliação das políticas públicas. Os autores analisam a trajetória da avaliação do ordenamento do território em Portugal, mostrando como esta foi sendo moldada por contextos políticos e institucionais, paradigmas sobre o papel do Estado e das políticas públicas, tensões entre comunidades profissionais e instituições com culturas e interesses distintos, relações de poder entre atores com capacidades, conhecimentos e valores desiguais. Na análise deste processo pleno de contradições, destacam a importância da avaliação para ampliar a ação pública para além de um conjunto de procedimentos legais, técnicos e administrativos e, principalmente, como fonte de conhecimento, aprendizagem, inovação institucional e cidadania.

Dois textos abordam a questão da reconfiguração, planejamento e gestão dos espaços livres públicos. Em *Transformações da metrópole contemporânea: novas dinâmicas espaciais, esfera da vida pública e sistema de espaços livres*, Benfatti, Queiroga e Silva problematizam a constituição dos sistemas de espaços livres, associando transformações na esfera da vida pública a novas formas de expansão metropolitana. Diante de novas condições socioespaciais engendradas pelo movimento das pessoas e de modificações na vida pública na escala da megalópole, os sistemas de espaços livres públicos não devem, segundo os autores, se ater às predeterminações legais sobre espaços e equipamentos de uso público, mas incorporar lugares que dão suporte à vida cotidiana: circulação, transbordo, comércio, trabalho, consumo, lazer e esporte, considerando a potencialidade e a qualidade de convívio público de todos esses espaços.

Em *Preservação ambiental no contexto urbano: cidade e natureza na Ilha de Santa Catarina*, Reis faz uma leitura da estrutura ambiental da Ilha de Santa Catarina e do processo de ocupação do território. Na perspectiva de uma cidade articulada por uma rede de espaços livres públicos densa e carregada de urbanidade, destaca o papel das Áreas de Preservação Permanente (APP): em termos da paisagem urbana, são elementos fundamentais da identidade de Florianópolis, se interpondo entre os diversos núcleos urbanos; em termos ambientais, constituem corredor ecológico, unindo diferentes ecossistemas. Aponta a necessidade de repensar a interface entre áreas urbanizadas e APPs para além da aplicação das leis ambientais, incorporando diretrizes globais e alternativas de desenho local.

Dois textos discutem diferentes aspectos do planejamento dos transportes e suas relações com a estrutura urbana e regional. Em *Interações espaciais, transporte público e estruturação do espaço urbano*, Silveira e Cocco analisam os serviços de transporte pú-

blico no Brasil, a partir da revisão do conceito de interações espaciais. Mostram como de uma estrutura de produção “artesanal” evoluem para uma modernização e concentração associadas ao fomento estatal à indústria de material rodoviário, que resulta na organização de poderosos grupos econômicos e *holdings* de transporte. A profunda desigualdade de acessibilidade no Brasil e suas repercussões na valorização imobiliária são problematizadas a partir dos monopólios espaciais de pequenas e grandes empresas, dos modelos de concessão arcaicos e da permanência da visão do transporte coletivo como investimento “improdutivo”.

Em *A importância da macrometrópole paulista como escala de planejamento de infraestruturas de circulação e de transporte*, Asquino discute o papel das infraestruturas de circulação e de transportes na estruturação da metrópole de São Paulo e de seu espaço econômico expandido. Através da análise de planos e projetos desenvolvidos em diferentes esferas de governo para diferentes modos de transporte, mostra o reconhecimento da escala macrometropolitana no planejamento de infraestruturas regionais, a articulação que realizam extrapolando os limites administrativos, e como contribuem para a instalação de novos pólos e modificam a dinâmica dos fluxos no território expandido.

Dois textos avaliam políticas setoriais em cidades mineiras. A municipalização da política habitacional em municípios com menos de 20 mil habitantes, a partir da aprovação da Política Nacional de Habitação, é discutida em *Panorama da municipalização da política habitacional em pequenos municípios de Minas Gerais* por Carvalho, Fagundes, Carmo e Browne. Os autores mostram que, para atender ao modelo descentralizador proposto pelo governo federal, os municípios se estruturam lentamente para a criação de instrumentos de gestão da política habitacional, e na implementação destes instrumentos enfrentam problemas como a centralização do processo de tomada de decisões, a falta de um setor específico e de profissionais habilitados para atuar na área de habitação.

Em *Prestação dos serviços de água e esgotos em Sete Lagoas (MG): “o SAAE é nosso” ou “que venha a Copasa”*?, Nunes Jr., Heller, da Silva, Rezende e Radicchi analisam o processo político de decisão municipal sobre o modelo de gestão dos serviços de saneamento básico. Revelam as motivações e os interesses nos embates entre a possibilidade de concessão dos serviços de água e esgotos para a esfera estadual e a sua manutenção no executivo municipal. Os autores mostram como a falta de posicionamento explícito dos representantes do município e a divisão da população entre o desejo da melhoria dos serviços e o receio de aumento das tarifas e do desemprego levaram ao encerramento do debate e à continuidade do órgão municipal.

Os dois livros resenhados nesta edição têm em comum o olhar de pesquisadores estrangeiros sobre cidades novas brasileiras, Brasília e Fordlândia. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX e XX)*, do pesquisador francês Laurent Vidal, que reconstrói o percurso de século e meio – de 1810 a 1960 –, desde as primeiras propostas até a construção de Brasília, é comentado por Carlos Roberto Monteiro de Andrade. *Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*, do historiador e professor da Universidade de Nova York Greg Grandin, uma narrativa da saga da Ford Motor Company na Amazônia brasileira desde o final da década de 1920 até meados dos anos 1940, é comentado por Fania Fridman.

SARAH FELDMAN
Editora responsável